

“O tempo escorre pela ampulheta.  
É ele o contador da história que construímos.  
O tempo que cura saudades,  
que em mais-valia capitalista  
explora cada trabalhador/a na sua labuta.  
O tempo é também contradição,  
que prepara a luta,  
tece a resistência,  
da mulher contra sua opressão,  
dos/as sem terra contra os latifúndios,  
dos/as idosos/as contra a indiferença,  
do povo que resiste ao jugo da tirania e barbárie.  
O tempo hoje exige emancipação humana.  
Não quer mais silenciar, omitir, ignorar, obliterar.  
O tempo quer ser outro, quer se escrever em outras páginas,  
quer se revelar, ebulir de indignação, denunciar, se revolucionar.  
O tempo deve ser o nascedouro da palavra,  
do grito sufocado por justiça,  
dos amores libertários que há tempos se escondem em guetos.  
O tempo prescinde de poesia, música, da prosa, da roda de viola,  
deve abrir alas para alegria,  
para a diversidade em arco-íris desfilar  
em paradas em céu aberto e claro do dia.  
Este é o tempo do desejo,  
da defesa dos direitos,  
de reafirmar atitudes críticas e combativas.  
É o tempo da semeadura de sonhos.  
Que este tempo que brota da nossa resistência  
adormeça a dor, a tristeza, o preconceito, o individualismo  
e que possa colorir o cinza das cidades concretadas cheias de  
medo,  
tão insensíveis às pessoas e à flor que reitera na calçada.  
Que este tempo possa renovar a alquimia  
de nossas conquistas de cada dia.  
E que o tempo que nós vivemos traga na sua outra face  
a sonoridade da liberdade, um verde mais vicejante de esperança.  
E que em todos os seus versos  
tenha a emergência da luta e da resistência,  
no tempo em que lutar  
é tão necessário quanto viver, respirar...”

*Tempo de luta e resistência... - Andréa Lima*

Nos dias 23, 24 e 25 de março de 2011 estaremos vivenciando mais um momento de exercício de autonomia e democracia no âmbito das diretorias do CFESS, dos CRESS e Seccionais para o período 2011/2014. Ou seja, todos/as nós, assistentes sociais, temos a possibilidade de participar da construção do processo democrático de eleição para o Conjunto CFESS/CRESS.

É TEMPO DE LUTA E RESISTÊNCIA cotidiana às sutis e invasivas faces do capitalismo contemporâneo que invade todas as dimensões da vida social. É *tempo de luta* em defesa dos direitos, em defesa da universalização das políticas públicas e das condições éticas e técnicas, necessárias ao exercício profissional.

Nesse sentido, compartilhamos do grande poeta e compositor Chico Buarque que nos convida a *“sonhar mais um sonho impossível, lutar quando é mais fácil ceder”*. Convidamos você, assistente social dos quatro cantos desse país a se envolver nas diferentes lutas sociais, fortalecer nossa organização política e, assim, incidir como sujeito político e coletivo na ampliação da consolidação de nosso projeto ético-político profissional.

Venha refletir e debater conosco sobre nossas propostas para o CFESS com a convicção de que *“com teu ‘posso’ e com **nosso**<sup>1</sup> ‘quero’, vamos juntos/as [...]”* (Mario Benedetti)

<sup>1</sup> Grifo nosso.



## **1 – Os rumos do vento no Brasil contemporâneo**

*“A toda hora rola uma história que é preciso estar atento.  
A todo instante rola um movimento que muda o rumo dos ventos.  
Quem sabe remar não estranha. Vem chegando a luz de um novo dia,  
o jeito de criar um novo samba sem rasgar a velha fantasia”*

(Paulinho da Viola)

Vivemos tempos de hegemonia do projeto do capital gerador de desigualdade, violência e múltiplas formas de opressão e dominação e negador do atendimento às necessidades humanas e da garantia de direitos. Contexto este que obstaculariza a materialização dos princípios ético-políticos defendidos pelo Serviço Social brasileiro. No cotidiano da vida social a dinâmica capitalista limita a realização da liberdade; restringe a democracia, a cidadania, a níveis que permitem manter sua lógica excludente; desrespeita constante e barbaramente os direitos humanos; utilizando-se de variados mecanismos para a manutenção da sua dominação.

O momento de crise estrutural do capital ameaça a vida humana e a natureza, contribuindo para o desenvolvimento de relações sociais que reiteram a coisificação, a mercantilização, o individualismo e o moralismo.

Na realidade brasileira a crise do capital é mascarada pelos dados oficiais do governo. Dados recentes indicam a redução da pobreza e não da desigualdade, pois não há democratização do acesso à riqueza social. Sabemos que o tamanho da dívida pública coloca em risco a garantia das políticas sociais pelo Estado (apenas 3% do Produto Interno Bruto – PIB - é destinado para assistência social). O resultado eleitoral indica a continuidade da política econômica e social atual e a permanência de contrarreformas regressivas. Em termos da condução político-econômica a tendência apontada é a continuidade da atual direção.

Nessa conjuntura, o mercado de trabalho para os/as assistentes sociais se expande, ao mesmo tempo em que as condições de trabalho e o vínculo empregatício ficam ainda mais precarizados. Contraditoriamente, no mesmo cenário de expansão dos serviços e da ampliação dos postos de trabalho para o Serviço Social, ocorre a precarização das políticas sociais, com serviços fragilizados, num contexto de regressão da Seguridade Social e das proteções sociais. Destacamos, assim, a importância da nossa luta por concurso público nas diversas políticas sociais, afirmando o papel do Estado no planejamento, financiamento e execução dos serviços públicos.

Essa tendência de precarização, também, se coloca no âmbito da formação profissional, tendo como principais expressões o ensino à distância e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, que se propõem a ampliar o acesso ao ensino superior, sem garantir as condições que possibilitem uma formação profissional de qualidade. Assim, compreendemos ser imprescindível cumprir o Plano de Lutas do Conjunto CFESS/ CRESS em defesa da qualidade na formação e no trabalho do/a assistente social.



Todo esse contexto nos exige análise e ação críticas. Ainda que a força opositora nos leve muitas vezes ao cansaço e ceder seja sedutor e balsâmico, acreditamos que, mais do que nunca, é tempo de organizar a resistência e avançar na luta em defesa dos direitos sociais e humanos, em favor da autonomia dos movimentos sociais e das entidades da categoria, que devem continuar atuando na perspectiva da defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Nessa direção, unificamo-nos com os sujeitos coletivos que têm compromisso e lutam para defender bandeiras da classe trabalhadora, como:

- expandir as liberdades e os direitos democráticos;
- ampliar os espaços de participação e controle nos serviços públicos;
- combater os monopólios e a concentração de renda;
- defender as conquistas trabalhistas, da redução da jornada de trabalho e do direito de greve para os/as servidores/as públicos/as;
- estabelecer limite do capital estrangeiro sobre nossos recursos naturais;
- realizar uma reforma agrária anti-latifundiária, com condições de produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental, com soberania alimentar do país e controle hídrico;
- garantir o financiamento das políticas de Seguridade Social, na perspectiva de assegurar o atendimento das necessidades do território;
- realizar uma ampla e profunda reforma urbana;
- defender a educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade.

Mais do que nunca, é tempo de lutar contra a propriedade privada e a desumanização das relações sociais. Os/As trabalhadores/as produzem a riqueza, mas não usufruem dela; aumentam a produção de bens, mas não podem consumi-los. Desenvolvem novos recursos, mas são relegados ao desemprego, ou vivem as mazelas do trabalho precário e o não trabalho. Porém, somente os/as trabalhadores/as serão capazes de interferir na realidade e na condução histórica, revelar a nova vida e recordar que existe um limite para tudo, menos para o sonho humano.

É com esse entendimento e posicionamento que a chapa “TEMPO DE LUTA E RESISTÊNCIA”, em sintonia com as deliberações democraticamente aprovadas no 39º Encontro Nacional CFESS/ CRESS, fórum máximo de deliberação da categoria, realizado em setembro de 2010 em Florianópolis, reafirma o compromisso com a construção de uma ordem societária sem exploração e opressão conforme direção ético-política preconizada por nosso projeto profissional. Projeto de uma categoria cada vez mais combativa, sem a qual, temos a certeza, a conquista dos direitos, no Brasil, não teria conhecido os avanços que registra, embora não sejam ainda suficientes.

Por fim, reafirmamos que iremos resistir à lógica individualista do capital, e por acreditarmos na construção coletiva de uma nova sociabilidade nos propomos diariamente a contribuir com a luta da categoria de forma articulada aos movimentos intrínsecos da classe trabalhadora, pois é tempo de moldar com as mãos o mundo, revelar com os olhos a vida e recordar nos sonhos aquilo que virá. É tempo de lutar e resistir para construir a manhã desejada.



## 2 – Ética e Direitos Humanos: uma defesa crítica e intransigente

*“Crescemos somente na ousadia.*

*Somente quando transgrido alguma ordem o futuro se torna respirável” (Mario Benedetti)*

Vivemos em um contexto sócio-histórico hegemônico pela lógica capitalista que atinge todas as esferas da vida social. Do ponto de vista das relações sociais, a moral burguesa dissemina desvalores egoístas, individualistas, competitivos, alienantes que são internalizados de forma acrítica por segmentos expressivos da sociedade brasileira.

As/os assistentes sociais têm se somado a outros sujeitos coletivos na luta pela construção de uma moral que expresse valores emancipatórios defendidos pela classe trabalhadora em consonância com os princípios explicitados no nosso Código de Ética: a defesa da liberdade, como valor central da reflexão e atitude éticas; da democracia não apenas política, mas também econômica; da cidadania que é conquistada por sujeitos políticos e coletivos das classes trabalhadora para garantia de direitos civis, sociais e políticos; da equidade e justiça social na perspectiva da universalização de direitos; dos direitos humanos como dimensão inalienável de todos os indivíduos sociais; da luta pela eliminação de toda forma de preconceito e discriminação que nega a capacidade humana do exercício da liberdade; e do respeito à diversidade humana, do compromisso permanente com o aprimoramento profissional e com a qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Reafirmamos, nesta sociabilidade negadora da materialização de uma ética emancipatória, a necessidade de resistirmos às expressões perversas da lógica do capital. Assim, lutaremos para materializar as seguintes propostas:

- garantir debates do Conjunto CFESS/CRESS e produzir materiais de divulgação sobre a concepção crítica de direitos humanos, que destaquem o posicionamento do Conjunto sobre o tema;
- disseminar a posição favorável às políticas de ações afirmativas e dar ampla divulgação, intensificando os debates nos estados em articulação com movimentos sociais e outras profissões, em consonância com os princípios ético-políticos do Serviço Social;
- aprofundar/Ampliar, de forma permanente, o debate sobre os dilemas éticos e bioéticos que se manifestam no cotidiano profissional;
- dar visibilidade e continuidade ao debate sobre o compromisso do Conjunto CFESS/CRESS, visando assegurar os direitos de proteção integral no processo de tomada de depoimento de crianças e adolescentes em articulação com o CONANDA e Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como com os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e os Fóruns DCAs Nacional e Estaduais;
- intensificar debates sobre o exame criminológico em níveis regionais e nacional na perspectiva da garantia de direitos da população usuária;
- fortalecer e apoiar a aprovação do PLC 122/06 que criminaliza a homofobia;
- aproximar a categoria do debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados (conforme carta de direito dos usuários do SUS) e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando o respeito à liberdade e expressão afetivo sexual e livre expressão da identidade de gênero;

- acompanhar as discussões acerca da reforma do Código de Processo Penal, participando junto aos movimentos sociais de mobilizações políticas pela garantia dos direitos humanos;
- buscar participação nos Comitês Nacional e Estaduais em defesa da integralidade do PNDH III;
- realizar Encontro Nacional sobre Serviço Social e Direitos Humanos, incluindo a discussão sobre a concepção de direitos humanos defendida pelo Conjunto;
- desenvolver estratégias coletivas frente à violação de direitos vivenciados por segmentos sociais e, particularmente, pelas/os assistentes sociais no seu exercício profissional, fomentando a interlocução com outras categorias profissionais, movimentos sociais, organizações associativas e sindicais;
- estimular iniciativas efetivas de combate à xenofobia, à homofobia, ao racismo, ao sexismo, e à reprodução de todas as formas de violência, preconceito e discriminação, dando visibilidade aos posicionamentos do CFESS;
- intensificar debates no Conjunto CFESS/CRESS sobre a agenda política do feminismo, com destaque para a luta pelo fim da violência contra a mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres;
- reafirmar e difundir a norma técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto previsto em lei como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos;
- dar continuidade à realização do Projeto Ética em Movimento na perspectiva de intensificar a aproximação da categoria com o projeto ético-político profissional por meio: do fortalecimento da interlocução com organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos; da publicização de posicionamentos ético-políticos do Conjunto CFESS/CRESS; da realização e disseminação de novas edições do Curso “Ética para Agentes Multiplicadores”;
- reforçar as lutas, no âmbito do Legislativo e do Judiciário, em defesa da liberdade de orientação e expressão sexual e de identidade de gênero, assegurando à população LGBT os direitos de adoção, constituição de família, direitos sucessórios, dentre outros, ampliando a realização de debates com a categoria e participando de ações, tais como: realização de audiências públicas, articulação com os Fóruns LGBT e articulação com outros sujeitos coletivos;
- viabilizar campanha nacional de defesa dos direitos humanos conforme tema aprovado no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS “Combater a violência no enfrentamento da desigualdade social: toda violação de direitos é uma forma de violência”;
- garantir em todos os debates, publicações e posicionamentos do CFESS a centralidade dos princípios ético-políticos inscritos no projeto profissional;
- defender um projeto societário que valorize a diversidade humana e que supere todas as formas de exploração e opressão.

### **3 - TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL COM QUALIDADE**

*“Faz o que for possível. E sempre é”*

(Caio Fernando Abreu)

A defesa do trabalho e da formação de qualidade, sem dúvida, é uma das principais frentes de luta do Serviço Social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado dos processos “contrarreformistas” – em especial a “contrarreforma” trabalhista e a universitária em curso no nosso país. Nesse contexto, o tempo presente nos exige análise e intervenção críticas para que possamos lutar quando é fácil ceder às tentativas de supressão de direitos históricos que hoje estão assegurados em lei, à mercantilização do ensino, às constantes investidas do pensamento e da prática conservadoras. É tempo de fortalecer a luta e organizar a resistência, no sentido de:

- fortalecer o processo de implementação da Política Nacional de Fiscalização (PNF), reafirmando seu caráter preventivo e político, na perspectiva de assegurar as condições técnicas e éticas necessárias ao trabalho profissional, e à qualidade dos serviços prestados à população usuária;
- dar continuidade ao aprimoramento permanente dos instrumentos normativos para regulamentar o exercício profissional e agilizar procedimentos de fiscalização;
- reforçar a articulação com outras entidades e forças políticas em defesa da profissão e de condições efetivas de qualidade para o trabalho dos/as assistentes sociais;
- ampliar a campanha nacional em defesa de concurso público para assistentes sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais;
- prosseguir com as ações políticas para cumprimento da Lei 12.317/2010 que estabelece jornada de 30 horas, sem redução de salário para todos/as Assistentes Sociais;
- intensificar as ações políticas e jurídicas contra a precarização do trabalho e da formação profissional, mantendo o Grupo de Trabalho nacional formado pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, na perspectiva de continuar articulando as intervenções e os debates acerca do trabalho, fiscalização e formação profissional;
- dar continuidade as ações previstas no Plano em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior;
- intensificar a campanha nacional contra a graduação à distância, dando ampla divulgação ao documento elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”;
- acompanhar a implementação da Política Nacional de Estágio (ABEPSS) e da Resolução CFESS nº 533/2008, tendo em vista continuar qualificando o processo de regulamentação da supervisão direta de estágio;
- apoiar a multiplicação do Projeto Ética em Movimento para fortalecer o projeto ético-político profissional e promover este debate junto aos/às supervisores/as de estágio;
- materializar a Política de Educação e Capacitação Permanente para os/as Assistentes Sociais, aprovada no 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, contribuindo para a garantia do direito do/a Assistente Social quanto ao “aprimoramento profissional de forma contínua [...]”, assegurado pelo artigo 2º alínea f do Código de Ética;

## 4 - A LUTA PELA UNIVERSALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*"Sonhar mais um sonho impossível.*

*Lutar quando é mais fácil ceder"*

(Chico Buarque)

O mundo encontra-se, mais uma vez, sob os efeitos de uma profunda crise do capital, cujo ápice foi o último trimestre de 2008, o primeiro de 2009 e os recentes acontecimentos na Europa. Nesse contexto, são visíveis a desestruturação do trabalho, o aprofundamento do desemprego, a destruição dos direitos sociais, a individualização e mercantilização da proteção social. A Seguridade Social sofre uma nova avalanche de ataques nos países do capitalismo avançado, tendo a Itália e os Estados Unidos como ponta de lança.

Estes ataques repercutem, acentuadamente, nos países periféricos como o Brasil, em que, cada vez mais, são retraídos os direitos derivados e dependentes do trabalho, dando lugar aos programas de transferência de renda focalizados na extrema pobreza, a exemplo do Programa Bolsa Família, cujas funções social e econômica básicas voltam-se para aliviar os custos da reprodução da força de trabalho e impulsionar o consumo. A criação das fundações públicas de direito privado, no âmbito da saúde, ganha expressão, apesar das manifestações contrárias dos movimentos organizados dos/as trabalhadores/as. O orçamento da seguridade é corroído, com desvios constantes de recursos para atender a outros interesses governamentais, como a formação de reservas para cobrir as despesas com os serviços da dívida pública. A educação, a habitação, a cultura, o lazer, os esportes e os direitos humanos continuam na periferia da agenda política referente às políticas sociais que tem como centro para os próximos anos os mega-eventos esportivos (Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016) direcionados para atrair grandes investimentos e ampliar o turismo com graves consequências para a população, sem ações preventivas e de controle sobre a ampliação da exploração sexual comercial, do trabalho infantil, do trabalho perverso, bem como, sem os devidos cuidados e respeito aos direitos do usufruto e permanência na cidade por todos os cidadãos e cidadãs brasileiros/as.

Em face disso, a reafirmação do nosso projeto ético-político profissional requer uma postura incisiva de defesa dos direitos e de ações e políticas sociais públicas permanentes e não conjunturais ou sazonais, o que nos coloca como desafios:

- reafirmar a universalização dos direitos sociais como trabalho, educação, moradia, segurança, lazer e seguridade social (previdência, saúde e assistência social), assentados na garantia dos direitos humanos de forma universal, indivisível e interdependente, sob responsabilidade do Estado, com caráter público e gestão democrática;
- combater a primazia da política econômica e do superávit primário no país em detrimento das políticas sociais, fortalecendo a luta pela ampliação do orçamento público para as políticas sociais;
- dar continuidade à implementação da agenda de defesa da seguridade social pública e universal, em articulação com movimentos sociais, com vistas à: progressividade das fontes de financiamento; manutenção do orçamento único e programação orçamentária com a criação do Fundo da Seguridade Social e reinstalação do Conselho

Nacional da Seguridade; extinção da incidência da Desvinculação das Receitas da União – DRU sobre o orçamento; revisão das renúncias beneficiadoras do capital; organicidade e ampliação das políticas sociais que a compõem, na perspectiva defendida pela Carta de Maceió;

– acompanhar e participar criticamente do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entendendo e defendendo que sua exequibilidade requer a: a) participação dos/as usuários/as em articulação com os movimentos dos/as trabalhadores/as no controle democrático do sistema; b) articulação com as demais políticas de proteção social; c) garantia do comando único com posicionamento contrário a atuação de Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Fundações Estatais de Direito Privado na gestão da política e d) compromisso com a implementação da NOB/RH/SUAS e do Plano de Cargos, Carreiras e Salário (PCCS) ali previsto, como estratégia essencial à garantia de direitos trabalhistas e condições necessárias ao exercício profissional na política de assistência social;

– defender o SUS, tomando como base os princípios da Reforma Sanitária, a integralidade e a universalidade do sistema, considerando as seguintes lutas prioritárias: a) Articular junto aos órgãos gestores, conselhos, entidades sindicais, FENTAS e parlamento para inserção dos/as assistentes sociais nas equipes de ESF e NASF, por meio de concurso público; b) Acompanhar em conjunto com os movimentos sociais e dos/as trabalhadores/as o andamento da Emenda Constitucional 29 e viabilizar estratégias que busquem o cumprimento imediato da sua regulamentação; c) Pautar a discussão acerca da política de saúde no sistema prisional; d) fortalecer a luta pela efetivação da reforma psiquiátrica na perspectiva da luta antimanicomial; e) lutar contra a atuação de Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Fundações Estatais de Direito Privado na gestão da política.

– defender os direitos das crianças e dos/as adolescentes expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em especial, a não alteração da idade penal e do tempo de internação e a não emancipação civil do/a adolescente autor/a de ato infracional; bem como defender as políticas voltadas para a garantia de direitos e proteção a esses segmentos populacionais e, combater as políticas de criminalização da pobreza;

– lutar pela intervenção qualificada nos mecanismos já existentes de controle democráticos da sociedade sobre o Estado (conselhos e conferências de políticas e de direitos) e incentivar a criação de novos espaços de participação política na perspectiva da ampliação dos canais democráticos de formulação e controle das políticas sociais, em articulação com os movimentos populares;

– participar nos movimentos, fóruns, comitês e conselhos direcionados para a reforma urbana (a exemplo do conselho das Cidades) e para a superação das desvantagens sociais e perseguições às pessoas que vivem de atividades econômicas realizadas nas ruas dos centros urbanos (a exemplo da população que vive em situação de rua e catadores de materiais recicláveis) na perspectiva de fortalecimento das lutas pelo direito à permanência na cidade e ao usufruto de bens e serviços que ela oferece sem qualquer discriminação, além de moradia que assegure condições dignas de vida;



– constituir e assegurar o funcionamento dos Grupos de Trabalho – GTs do sistema previdenciário brasileiro e da área sóciojurídica e a área de educação para a estruturação dos parâmetros básicos de atuação dos/as assistentes sociais nesses espaços.

## **5 - CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA: ARTICULAÇÃO POLÍTICA COM MOVIMENTOS SOCIAIS E COM AS ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL**

*“São tantas lutas inglórias. São histórias que a história qualquer dia contará [...] As passagens, as coragens são sementes espalhadas pelo chão”. (Gonzaguinha)*

O processo mundial de reestruturação produtiva e desregulamentação dos direitos trabalhistas teve como conseqüências a retração da organização política dos sujeitos coletivos, a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, a perda de direitos historicamente conquistados e a criminalização dos movimentos sociais.

A crise capitalista que atinge o mundo contemporâneo tem determinado um conjunto de reformas regressivas, traduzidas na destruição de conquistas dos/as trabalhadores/as. A ofensiva do capital sobre os direitos trabalhistas e sindicais tem se transformado numa constante. A agenda das organizações de trabalhadores/as tem se baseado numa luta defensiva, no sentido de manter aqueles direitos que ainda não foram transformados em mercadoria. Mas por outro lado, os trabalhadores e trabalhadoras do mundo, subordinados às mais variadas formas de exploração, começam a dar sinais de resistência, a exemplo dos/as trabalhadores/as da Grécia, França, Itália, Espanha e Inglaterra. É preciso estar atento às lições que a classe trabalhadora mundial nos oferece, pois os/as trabalhadores/as insurgentes nos ensinam uma antiga lição – é possível lutar e resistir.

Essa conjuntura coloca para a categoria profissional a necessidade de *lutar por direitos sociais e resistir ao desmonte do Estado; lutar pela construção de práticas democráticas e resistir ao apelo individualista que dificulta a construção de projetos coletivos; lutar em defesa da seguridade social universal e resistir à mercantilização.*

As/os assistentes sociais, no seu cotidiano profissional, têm adquirido lugar de destaque entre aqueles que lutam contra todas as formas de preconceito e de opressão. Faz parte de nossos princípios políticos a defesa intransigente da democracia, de direitos sociais universais e a articulação com movimentos sociais. Nesse sentido, nossas propostas têm o objetivo de estabelecer relações mais orgânicas com os sujeitos políticos vinculados à luta da classe trabalhadora; fortalecer a construção democrática do conjunto CFESS/CRESS; e ampliar as lutas estratégicas do Serviço Social com as demais entidades da categoria profissional, em âmbito nacional e internacional. Nesta perspectiva, nos empenharemos para materializar as seguintes propostas:



- contribuir para a reflexão da categoria sobre a importância de consolidar, nos diferentes espaços de trabalho, articulações com a luta dos movimentos sociais vinculados ao projeto da classe trabalhadora;
- defender e apoiar os movimentos dos/as trabalhadores/as cujos projetos e lutas coadunem com o projeto ético-político profissional;
- ampliar a articulação com sujeitos coletivos na perspectiva de construir ações conjuntas de resistência à ordem burguesa;
- debater a participação da categoria nos espaços de controle social;
- promover, o debate acerca da organização sindical dos/as assistentes sociais, a partir do posicionamento da filiação por ramo de atividade, assumido pela categoria em seus Encontros;
- implementar agenda conjunta de lutas com ABEPSS, ALAEITS, ENESSO e outros sujeitos coletivos, em consonância com o projeto profissional;
- fortalecer o Comitê Mercosul de Organizações de Profissionais de Serviço Social, na perspectiva de avançar na instituição de parâmetros e princípios éticos-políticos comuns;
- manter participação crítica na Federação Internacional de Serviço Social – FITS, para fortalecer a articulação política da categoria profissional da América Latina e Caribe;
- intensificar debates no conjunto CFESS/CRESS sobre as relações internacionais no âmbito do exercício e da formação profissional;
- produzir material e fortalecer debates sobre a definição de Serviço Social da FITS, com o objetivo de interferir na sua revisão que ocorrerá na Conferência Mundial de 2012, na perspectiva de assegurar os princípios do projeto ético-político profissional brasileiro;
- ampliar as relações internacionais com maior articulação com os países de língua portuguesa – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

## 6 - COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

*Uma idéia torna-se força material quando ganha as massas organizadas. (Karl Marx)*

Compreendemos a comunicação como bem público, em contraposição ao monopólio e à mercantilização existente no Brasil.

Nesse sentido, como direito humano, a comunicação deve fortalecer os movimentos sociais e a classe trabalhadora numa perspectiva crítica e emancipatória, constituindo-se como espaço político estratégico de socialização da informação, denúncia e resistência a toda forma de exploração, dominação e opressão.

Além disso, é um meio estratégico de dar visibilidade à profissão, afirmando a imagem do/a assistente social em sintonia com o projeto ético-político, fortalecendo a compreensão crítica e sócio-histórica do Serviço Social pela sociedade. Pressupõe o entendimento da comunicação como instrumento de fortalecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora na perspectiva crítica e emancipatória.

Para o Serviço Social, em especial para o Conjunto CFESS/CRESS, a comunicação constitui um espaço estratégico, um desafio, uma realidade. Isso porque se trata de uma área que exige a conexão dialética entre as demais áreas e a dinâmica da vida econômica, política, social, cultural no Brasil e em nível mundial.

Para nós, da chapa “*Tempo de luta e resistência*” a democratização da comunicação constitui um princípio intrínseco ao Código de Ética Profissional e a Política Nacional de Comunicação, aprovada no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS em 2010, um instrumento estratégico de visibilidade e interlocução com a categoria dos/as assistentes sociais e a sociedade na perspectiva de reafirmar nosso projeto ético-político.

- engajar-se na luta pela democratização da comunicação no Brasil, em diálogo com outros movimentos sociais, entidades e demais instâncias de trabalhadores/as organizados/as, como parte do aprofundamento e execução da Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS, buscando assegurar o direito humano à comunicação como um direito da categoria e da sociedade;
- utilizar estratégias comunicativas que viabilizem e ampliem o acesso à informação qualificada sobre as pautas e lutas da categoria, tais como campanhas e veiculação de notícias em rádios, jornais, informativos, cartilhas, entre outros;
- construir estratégias para fortalecer a fala pública dos/das conselheiros/as do conjunto CFESS/CRESS para que as tomadas de posição dos/das assistentes sociais possam conquistar maior visibilidade na sociedade e conquistar novos aliados/as para apoio às demandas da categoria;
- participar e envolver a categoria nas ações do movimento social em defesa do direito a comunicação;
- implementar a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/ CRESS, aprovada no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS;
- elaborar material destinado a mídia, jornalistas, ocupantes de cargos políticos, juristas, dentre outros, contendo informações sobre o Serviço Social a partir do que já existe produzido no Conjunto;
- ampliar ações de sensibilização sobre a importância da comunicação para as ações do Conjunto CFESS/CRESS, especialmente para os Regionais que ainda não contam com instrumentos, materiais e iniciativas neste campo;
- ampliar as estratégias de comunicação eletrônica com a categoria, tais como: boletins eletrônicos, fóruns de debate nos sites, divulgação de materiais audiovisuais no youtube e outros sites, dentre outros;
- dar publicidade ao projeto ético-político profissional e à gestão democrática do Conjunto CFESS/CRESS.

## **SOMOS A SEMENTE, ATO, MENTE E VOZ... NOS QUATRO CANTOS DO BRASIL**

### **Presidente - SÂMIA RODRIGUES RAMOS (RN)**

Mestre e Doutora em Serviço Social pela UFPE. Docente do curso de Serviço Social da UERN e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho e Lutas Sociais (GESTULS). Coordenadora geral da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE (SESSUNE, hoje ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social) na gestão 1990/91; Coordenadora da Seccional de Mossoró/CRESS 14ª Região na gestão 2005/2008. Coordenadora nacional de graduação da ABEPSS na gestão 2009/2010.

### **Vice-presidente - MARINETE CORDEIRO MOREIRA (RJ)**

Mestre em Serviço Social pela UERJ. Assistente social do INSS desde 1989. Trabalha na Agência da Previdência Social de Macaé/RJ. Conselheira tesoureira do CRESS 7ª Região na gestão 2002/2005. Conselheira do CFESS na gestão 2008/2011. Atuou como militante no núcleo sindical do SINDSPREV, nos conselhos municipais de saúde e assistência de Macaé e no Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador no Rio de Janeiro.

### **1ª Secretária - RAIMUNDA NONATA CARLOS FERREIRA - Ramona (DF)**

Especialista em Saúde Coletiva e em Política Social e Serviço Social pela UnB. Especialista em Gestão Compartilhada e Valores Humanos pela Universidade de Uberaba. Assistente Social do Ministério da Saúde, atuando na área de saúde indígena. Coordenadora geral da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE (SESSUNE, hoje ENESSO) na gestão 1989/90. Conselheira do CRESS 8ª Região nas gestões: 1996/1999 (vice-presidente); 1999/2002; 2005/2008 (Presidente) e 2008/2011 (1ª Tesoureira).

### **2ª Secretária - ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS (PR)**

Mestre em Serviço Social pela PUCSP e Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Docente do Curso de Serviço Social da UNIOESTE – *Campus* de Toledo. Coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social. Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/Toledo – PR). Vice-presidente da ABEPSS – Região Sul I gestão 2001/2002.

### **1ª Tesoureira - MARIA LUCIA LOPES DA SILVA (DF)**

Doutoranda em Política Social. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho UnB/CNPq e sua representante no Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para população em situação de rua. Coordenou o Serviço Social do INSS (1996-1999). Presidiu o Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC em Recife-PE (2003-2004) e o CRESS, 2ª Região/MA. No MDS, foi assessora técnica e coordenadora de regulação e ações intersetoriais do Departamento de Benefícios(2005-2009). Atualmente está lotada na Divisão de Serviço Social/INSS.



**2ª Tesoureira - JULIANA IGLESIAS MELIM (ES)**

Mestre em Política Social pela UFES. Docente do Curso de Serviço Social da UFES. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA/UFES). Representante do CRESS 17ª Região no Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Vice-presidente do CRESS 17ª Região na gestão 2008/2011. Atuou nos Conselhos Estadual de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**CONSELHO FISCAL**

**KÁTIA REGINA MADEIRA (SC)** - Mestre em Serviço Social pela UFSC. Assistente social da União Catarinense de Educação. Vice-presidente do CRESS 12ª Região na gestão 2005/2008. Conselheira, membro do Conselho Fiscal do CFESS na gestão 2008/2011. Atuou como militante nos Conselhos Municipais de Assistência Social e da Criança do Adolescente do Município de Florianópolis; no Fórum Municipal de Políticas Públicas e no Movimento Social de Comunidades – Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

**MARYLUCIA MESQUITA (CE)** - Mestre em Serviço Social pela UFPE. Assistente Social da Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, coordenando o Núcleo de Formação e Pesquisa em Direitos Humanos LGBT. Docente das Faculdades INTA – Sobral/CE (2008/2010). Coordenadora Geral no DIVAS - Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual. Conselheira representando o Fórum de Mulheres de Pernambuco no Conselho Municipal da Mulher do Recife (2006/2008). Conselheira do CFESS na gestão (2008/2011). Representou o CFESS na Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde (2008/2010). Militante no movimento de mulheres lésbicas e no movimento feminista.

**ROSA LÚCIA PRÉDES TRINDADE (AL)** - Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFAL. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mercado de Trabalho do Serviço Social e da Rede de Pesquisa sobre o trabalho do assistente social (RETAS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Sociedade. Vice-presidente da Regional Nordeste da ABEPSS na gestão 2001/2002. Membro convidada da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS 16ª Região.

**SUPLENTES**

**MARIA ELISA DOS SANTOS BRAGA (SP)** - Mestre em Serviço Social pela PUCSP. Assistente Social do Centro de Referência da Mulher – Casa Eliane de Grammont da Prefeitura de São Paulo. Conselheira do CRESS 9ª Região na gestão 2003/2005 e membro da Comissão de Ética e Direitos Humanos. Membro da Direção Provisória do CRESS 9ª Região no período de 2005/2007. Conselheira do CFESS na gestão 2008/2011.

**HELENI DUARTE DANTAS DE ÁVILA (BA)** - Doutoranda em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Membro Suplente, Vice-presidente do Nordeste II, da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), na gestão 1985/1987. Vice-presidente do CRESS 5ª Região na gestão 1999/2002. Conselheira, membro do Conselho Fiscal do CRESS 5ª Região na gestão 2008/2011.

**MAURÍLIO CASTRO DE MATOS (RJ)** - Mestre e Doutor em Serviço Social respectivamente pela UFRJ e PUCSP. Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias. Docente da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Vice-coordenador regional e coordenador de imprensa da ENESSO nas gestões 1993/1994 e 1994/1995. Segundo secretário do CRESS 7ª Região na gestão 1999/2002. Tesoureiro da ABEPSS na gestão 2009/2010.

**MARLENE MERISSE (SP)** - Mestre pela PUC-SP. Docente do Curso de Especialização “Gestão Pública na Assistência Social”, da UNIBAN-Universidade Bandeirante de São Paulo. Assistente Técnico da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Mauá. Conselheira do CRESS-SP (9ª Região), gestão 2008-2011. Conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS-SP), segmento trabalhadores da assistência social, gestão 2009-2011. Vice-presidente da ABEPSS-Sul II, gestão 1997-1998, 1998-2000.

**ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA (MG)** - Mestranda em Serviço Social pela UFJF. Residente do Programa Saúde da Família pela UFJF no período de 2008/2010. Coordenadora da Estratégia de Saúde da Família do município de Leopoldina/MG desde 12/2009. Tutora da Pós-graduação em Gestão Pública de Organizações de Saúde da UFJF e membro de Conselhos de Saúde desde 2008. Secretária da Seccional de Juiz de Fora do CRESS 6ª Região na gestão 2008/2011.

**ALCINÉLIA MOREIRA DE SOUSA (AC)** - Mestranda em Política Social pela UNB. Assistente Social do Poder Judiciário do Acre - Juizado da Infância e Juventude. Presidente do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social e Secretária de Cultura da SESSUNE (hoje ENESSO) na gestão 1989/1990. Delegada da Seccional do CRESS 23ª Região na gestão 1993/1996.

**ERIVÃ GARCIA VELASCO - Tuca (MT)** - Mestre em Política Social pela UnB e doutora em Políticas Públicas pela UFMA. Docente do Curso de Serviço Social da UFMT desde 1994 atuando na graduação e no ensino de pós-graduação (Mestrado em Política Social). Estuda e pesquisa temas relacionados às políticas públicas e sociais, com ênfase na área da adolescência/juventude. Vice-presidente Regional da ABEPSS na gestão 2001/2002. Conselheira do CRESS 20ª Região-MT membro do Conselho Fiscal na gestão 2005/2008. Conselheira do CFESS na gestão 2008/2011. Atualmente é Secretária Nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) representando o CFESS.

**MARCELO SITCOVSKY SANTOS PEREIRA (PB)** - Doutor em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social da UFPB. Vice-presidente do CRESS 4ª Região na gestão 2005/2008. Conselheiro suplente do CFESS na gestão 2008/2011.

**JANAINE VOLTOLINI DE OLIVEIRA**, mestre em Políticas Públicas pela UFMA e especialista em Meio Ambiente e Políticas Públicas pela UFRR. Professora titular do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e coordenadora/professora do curso de Serviço Social da Faculdade Atual da Amazônia (FAA). Assistente Social do Hospital Materno Infantil de Boa Vista/RR. Atuou como representante nos conselhos municipais de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente de Boa Vista/RR. Coordenadora da Seccional Roraima do CRESS 15ª Região (AM/RR), na gestão 2008/2011.



“Há hora de somar  
E hora de dividir.  
Há tempo de esperar  
E tempo de decidir.

Tempos de resistir.  
Tempos de explodir.  
Tempo de criar asas, romper as cascas  
Porque é tempo de partir.

Partir partido,  
Parir futuros,  
Partilhar amanheceres  
Há tanto tempo esquecidos.  
Lá no passado tínhamos um futuro  
Lá no futuro tem um presente  
Pronto pra nascer  
Só esperando você se decidir.  
Porque são tempos de decidir,  
Dissidiar, dissuadir,  
Tempos de dizer  
Que não são tempos de esperar  
Tempos de dizer:  
Não mais em nosso nome!  
Se não pode se vestir com nossos sonhos  
Não fale em nosso nome.

Não mais construir casas  
Para que os ricos morem.  
Não mais fazer o pão  
Que o explorador come.

Não mais em nosso nome!  
Não mais nosso suor, o teu descanso.  
Não mais nosso sangue, tua vida.  
Não mais nossa miséria, tua riqueza.

Tempos de dizer  
Que não são tempos de calar  
Diante da injustiça e da mentira.  
É tempo de lutar

É tempo de festa, tempo de cantar  
As velhas canções e as que ainda vamos inventar.  
Tempos de criar, tempos de escolher.  
Tempos de plantar os tempos que iremos colher.

É tempo de dar nome aos bois,  
De levantar a cabeça  
Acima da boiada,  
Porque é tempo de tudo ou nada.

É tempo de rebeldia.  
São tempos de rebelião.  
É tempo de dissidência.  
Já é tempo dos corações pularem fora do peito  
Em passeata, em multidão  
Porque é tempo de dissidência  
É tempo de revolução”

*Dissidência ou a arte de dissidiar*  
*Mauro Luis Iasi*